



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024

O Município de Bento Gonçalves comunica aos interessados a abertura do presente edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO** para o instrumento auxiliar de **CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para prestação dos serviços de profissionais médicos, com perfil para atendimento na atenção especializada, para consultas e pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, a fim de atender às necessidades deste Município, observando a disponibilidade orçamentária e financeira.**

O credenciamento será executado em conformidade com as normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os interessados deverão examinar o presente **EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS DOCUMENTOS DISPONÍVEIS EM ARQUIVOS ANEXOS A ESTE EDITAL**. Ainda, deverão tomar conhecimento da documentação necessária para sua formalização por meio do endereço eletrônico:
<https://bentogoncalves.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes/detalhar/1>

O CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS NO PRESENTE EDITAL SERÁ A PARTIR DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto a ser credenciado é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de profissional médico conforme relacionado, com perfil para atendimento na atenção especializada, para consultas e pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, a fim de atender às necessidades deste Município, através da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), conforme especificações contidas no Termo de Referência, observando a disponibilidade orçamentária e financeira.

1.1.2. Tabela de serviços:





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

Item	Produto Descrição	Unidade Descrição	Quantidade estimada	Valor Un.
1	CONSULTA ESPECIALIZADA - ALERGIA E IMUNOLOGIA	SERVIÇO	12	R\$ 115,00
2	CONSULTA ESPECIALIZADA DE ANGIOLOGIA	SERVIÇO	60	R\$ 115,00
3	CONSULTA ESPECIALIZADA - CARDIOLOGIA	SERVIÇO	480	R\$ 115,00
4	CONSULTA ESPECIALIZADA - CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO	SERVIÇO	12	R\$ 115,00
5	CONSULTA ESPECIALIZADA - CIRURGIA DO APARELHO DIGESTIVO	SERVIÇO	12	R\$ 115,00
6	CIRURGIA GERAL	SERVIÇO	1440	R\$ 115,00
7	CONSULTA ESPECIALIZADA - CIRURGIA PEDIÁTRICA	SERVIÇO	120	R\$ 115,00
8	CONSULTA ESPECIALIZADA - CIRURGIA TORÁCICA	SERVIÇO	12	R\$ 115,00
9	CONSULTAS - ESPECIALIDADE COLOPROCTOLOGIA	SERVIÇO	24	R\$ 115,00
10	CONSULTA ESPECIALIZADA - DERMATOLOGIA	SERVIÇO	24	R\$ 115,00
11	CONSULTA ESPECIALIZADA - ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA	SERVIÇO	240	R\$ 115,00
12	CONSULTA ESPECIALIZADA EM GASTROENTEROLOGIA	SERVIÇO	1440	R\$ 115,00
13	CONSULTA ESPECIALIZADA - GASTROENTEROLOGIA PEDIÁTRICA	SERVIÇO	240	R\$ 115,00
14	CONSULTAS ESPECIALIZADAS DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	SERVIÇO	1800	R\$ 115,00
15	CONSULTA ESPECIALIZADA - INFECTOLOGIA	SERVIÇO	60	R\$ 115,00
16	CONSULTA ESPECIALIZADA - NEUROCIRURGIA	SERVIÇO	240	R\$ 115,00
17	CONSULTA ESPECIALIZADA - NEUROLOGIA	SERVIÇO	4680	R\$ 115,00
18	CONSULTA ESPECIALIZADA NEUROLOGIA PEDIÁTRICA	SERVIÇO	1200	R\$ 115,00
19	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM OFTALMOLOGIA - EXAMES	SERVIÇO	6000	R\$ 115,00
20	CONSULTA ESPECIALIZADA - ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	SERVIÇO	7800	R\$ 115,00
21	CONSULTA ESPECIALIZADA ORTOPEDIA INFANTIL	SERVIÇO	240	R\$ 115,00
22	CONSULTA ESPECIALIZADA - OTORRINOLARINGOLOGISTA	SERVIÇO	1200	R\$ 115,00
23	CONSULTA ESPECIALIZADA - PEDIATRIA	SERVIÇO	12	R\$ 115,00
24	CONSULTA ESPECIALIZADA - PNEUMOLOGIA	SERVIÇO	60	R\$ 115,00
25	CONSULTA ESPECIALIZADA DE PNEUMOLOGIA PEDIÁTRICA	SERVIÇO	12	R\$ 115,00
26	CONSULTAS - ESPECIALIDADE UROLOGIA	SERVIÇO	240	R\$ 115,00

1.2. Os limites quantitativos indicados no subitem 1.1 são relativos aos serviços prestados por todos os credenciados, não havendo garantia de execuções individuais mínimas.

2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

2.1. As pessoas jurídicas interessadas em prestar os serviços, objeto deste credenciamento, deverão encaminhar os documentos indicados no item 03 deste edital por meio do Portal do Cidadão de Bento Gonçalves.

2.1.1. O requerente deverá ter cadastro no Portal do Cidadão de Bento Gonçalves através do site bentogoncalves.atende.net;

2.1.2. Após a realização do cadastro, o interessado deverá se cadastrar somente de forma online, através do link <https://bentogoncalves.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital>, com o seguinte passo a passo:

- a) Fazer login no sistema preenchendo os dados em “Já sou cadastrado”.
- b) Clicar no botão lateral “Abertura de Processo Digital” – “Acessar”.
- c) Na aba “Assunto”, clicar em “Licitação”.
- d) No campo “Subassunto”, clicar em “Credenciamento Chamamento Público 100% Digital”
- e) Indicar o Número do Chamamento Público e preencher todos os itens necessários, anexando os arquivos pertinentes;
- f) Confirmar.

2.2. O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse edital, durante todo o seu período de vigência.

2.3. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, será adotado, como critério objetivo de distribuição da demanda, o rodízio, conforme ordem de credenciamento.

2.4. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, bem como no caso de seleção a critério de terceiros, as condições de contratação serão padronizadas, bem como definidos os valores das contratações.

2.5. O objeto do presente credenciamento não poderá ser transferido a terceiros, sem expressa autorização da Administração, hipótese de subcontratação parcial.

2.6. Caberá denúncia do presente credenciamento, por ato unilateral de qualquer das partes, mediante notificação prévia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

2.7. Não poderão participar do credenciamento os interessados que:

- a) Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- b) Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

c) Estiverem suspensos temporariamente de participar de licitações ou impedidos de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos II, III, IV, V, VI ou VII, da Lei 14.133/2021;

d) Forem declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos VIII, IX, X, XI ou XII, da Lei 14.133/2021;

e) Tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas;

2.8. A inscrição neste processo de credenciamento se dará por meio da **Carta de Credenciamento (Anexo I)**, devidamente preenchido, acompanhado de toda a documentação exigida, e implica aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e atos normativos pertinentes expedidos pela Administração, independente de declaração expressa.

2.9. Os interessados habilitados após análise da documentação apresentada poderão ser credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos.

3. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

3.1. As **pessoas jurídicas** deverão apresentar os seguintes documentos:

3.1.1. Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos, no qual conste, dentro de seus objetivos, a prestação dos serviços médicos ou consultas ou atendimentos, conforme Tabela de Serviços, subitem 1.1.2. deste edital;

3.1.2. Carta de Credenciamento (Anexo I);

3.1.3. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

3.1.4. Quitação com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão de Situação Fiscal, emitidas na Jurisdição Fiscal do estabelecimento da pessoa jurídica;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

3.1.5. Quitação com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos (Geral), emitida pelo município sede do estabelecimento da pessoa jurídica;

a) A certidão deverá expressar, de forma clara e objetiva, a situação da licitante em relação à totalidade dos tributos a cargo da Fazenda Municipal. Mesmo no caso de a empresa não possuir imóvel em seu nome, ou seja, isenta de qualquer imposto municipal, deverá ser apresentada certidão emitida pela Fazenda Municipal.

3.1.6. Certificado de regularidade do FGTS;

3.1.7. Certidão Negativa de Falência e Concordata da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias;

3.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em vigor;

3.1.9. Prova de inscrição e regularidade no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.1.10. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

3.1.11. Alvará de Localização fornecido pelo Município da Sede e/ou filial para os serviços credenciados e Alvará de Funcionamento (Saúde) segundo legislação vigente para os serviços credenciados, expedido pela Vigilância Sanitária correspondente;

3.1.12. Declaração assinada pelo representante legal do CREDENCIADO, conforme Anexo II:

- a)** indicando a capacidade de atendimento mensal, que disponibilizará ao CREDENCIANTE, em conformidade com os valores fixados por este chamamento público;
- b)** informando que possui condições técnicas, equipamentos, materiais e instalações físicas disponíveis para a realização dos serviços, objeto deste Chamamento Público;
- c)** informando que o profissional que realizará os serviços possui vínculo com o CREDENCIADO, através do Contrato Social, ou Carteira de Trabalho, ou Contrato de Prestação de Serviços, anexando cópia comprobatória;
- d)** de idoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público;
- e)** do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução de serviços;
- f)** de que conhece e está de acordo com a integralidade do Edital;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

3.1.13. Comprovação de inscrição no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde da sede do CREDENCIADO;

3.1.14. Informação do endereço, e-mail, telefone e dados bancários os quais deverão estar em nome do CREDENCIADO;

3.1.15. Diploma de Graduação, Certidão de Regularidade de Inscrição (obtida no CREMERS), Certidão de Registro de Qualificação de Especialista (RQE, obtida no CREMERS) e Certidão Ético-Profissional (obtida no CREMERS) do(s) profissional(is) que desempenhará(ão) os atendimentos/procedimentos. O RQE deverá ser compatível com o tipo de serviço credenciado;

3.1.16. Cópia do CPF, RG, Diploma de Graduação, e-mail, número do celular para contato direto, Certidão de Regularidade de Inscrição (obtida no CREMERS), Certidão de Registro de Qualificação de Especialista (RQE, obtida no CREMERS) e Certidão Ético-Profissional (obtida no CREMERS), do(s) Diretor(es) Técnico(s).

3.1.17. Eventual mudança de endereço da CREDENCIADA ou do Diretor Técnico deverá imediatamente ser comunicada ao CREDENCIANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo, ainda, rever as condições do Termo de Credenciamento e, até mesmo, rescindi-los se entender conveniente.

3.1.18. Comprovação de vínculo de trabalho do profissional designado para a execução dos serviços, devendo comprovar obrigatoriamente sua vinculação com a empresa, mediante apresentação de cópia autenticada da anotação da carteira de trabalho ou Ficha de Registro de Empregado quando este não fizer parte do Contrato Social da empresa proponente, ou Contrato de Prestação de Serviços. No caso do componente ser proprietário ou sócio, mediante apresentação de documento que comprove essa condição.

3.2. Os documentos poderão, inicialmente, ser apresentados em original ou por cópia simples. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante servidor da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

4.1. Eventuais pedidos de impugnações ao presente edital de chamamento público deverão ser dirigidos ao Setor de Licitações e protocolizados durante o horário de expediente da Administração, ou enviados através do e-mail licitacao@bentogoncalves.rs.gov.br

5. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços deverão atender integralmente às exigências expressas neste edital e seu respectivo Termo de Referência, conforme arquivo disponibilizado em anexo a este edital. O credenciado deverá:

5.1.1. Prestar os serviços exclusivamente em local próprio da Sede e/ou Filial da Pessoa Jurídica, devendo o CNPJ da empresa corresponder com o local onde presta o serviço e em caso de qualquer alteração de endereço, comunicar à Credenciante, durante a vigência Termo de Credenciamento;

5.1.2. Utilizar recursos humanos e materiais sob sua exclusiva e integral responsabilidade para a execução dos serviços, incluindo as despesas, encargos fiscais, sociais, comerciais, previdenciários e trabalhistas resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o CREDENCIANTE, assim como, quaisquer outras despesas que se fizerem necessário ao cumprimento das obrigações contratuais decorrentes do credenciamento;

5.1.3. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

5.1.4. Preencher prontuário eletrônico e evolução do paciente, na íntegra, no sistema de informação do CREDENCIANTE, com anamnese - SOAP (subjetivo, objetivo, avaliação, plano, exames, encaminhamentos) e demais recursos que forem implementados pelo CREDENCIANTE;

5.1.5. Preencher no prontuário eletrônico a evolução de possível falta do paciente à consulta previamente agendada;

5.1.6. Responsabilizar-se pelas consultas/procedimentos efetuados;

5.1.7. A primeira consulta deverá ser presencial. A consulta de retorno poderá ser realizada em ambiente de Telemedicina, conforme Resolução CFM nº2.314//2022. O paciente deve ser informado previamente sobre qual forma de atendimento será adotado e, para uso da Telemedicina, o paciente deve estar concordante. O uso da Telemedicina não desobriga o preenchimento do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP).



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

- 5.1.8.** Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;
- 5.1.9.** Assegurar ao responsável legal pelo paciente o acesso ao seu relatório de atendimento e prestar esclarecimentos sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- 5.1.10.** Justificar ao responsável legal pelo paciente, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos serviços previstos neste credenciamento;
- 5.1.11.** Respeitar a decisão do responsável legal pelo paciente ao consentir ou recusar a prestação de serviço de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- 5.1.12.** Não utilizar e não permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- 5.1.13.** Aplicar os recursos recebidos para o fim específico, conforme o objeto deste credenciamento;
- 5.1.14.** Responder às diligências, quando ocorrer, da Secretaria Municipal de Saúde;
- 5.1.15.** Justificar à Secretaria Municipal de Saúde, em especial ao Setor de Regulação da Secretaria, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução das consultas previstas neste credenciamento;
- 5.1.16.** Utilizar somente mão de obra especializada, cadastrada e habilitada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade desta, inclusive em caso de verificado erro de tratamento;
- 5.1.17.** Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação, qualificação e garantias exigidas no credenciamento.
- 5.1.18.** Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento;
- 5.1.19.** Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento. Dar garantias e cumprir rigorosamente os prazos estipulados no termo de credenciamento;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

- 5.1.20.** Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qualquer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário;
- 5.1.21.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à SMS ou a terceiros;
- 5.1.22.** Assegurar ao Município as condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão, ao controle, a fiscalização e auditoria da execução do objeto contratado, permitindo o livre acesso dos servidores do Município, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos relacionados direta e indiretamente ao contratado, quando no desempenho das atividades de acompanhamento e controle;
- 5.1.23.** Utilizar empregados habilitados com conhecimento dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.1.24.** Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, em observância ao princípio da urbanidade;
- 5.1.25.** Manter seus empregados devidamente identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso, sem ônus para a contratante;
- 5.1.26.** Instruir seus funcionários quanto à necessidade de acatar as orientações da contratante;
- 5.1.27.** Fornecer sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, guia do recolhimento do INSS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;
- 5.1.28.** Não permitir a utilização do trabalho de menor;
- 5.1.29.** Manter durante toda a vigência do termo de credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- 5.1.30.** A contratada não poderá alterar as instalações, bem como o endereço de atendimento sem aviso prévio e formal à Secretaria Municipal de Saúde de Bento Gonçalves;
- 5.1.31.** É de responsabilidade da contratada manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

- 5.1.32.** Apresentar os documentos de cobrança exigidos no edital, enviando ao setor de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde;
- 5.1.33.** Executar os serviços conforme proposto pela Contratante durante o prazo de vigência do termo de credenciamento respeitando suas Cláusulas;
- 5.1.34.** Responder por erro de qualquer natureza relativo aos métodos utilizados seja na esfera administrativa, civil ou penal;
- 5.1.35.** Não é garantido ao Credenciado que o exame auto gerado será executado em seu estabelecimento;
- 5.1.36.** É vedado ao credenciado reagendar pacientes;
- 5.1.37.** Toda solicitação de exames ou encaminhamento deve possuir em seu corpo justificativa para autorização e posterior execução, descrevendo informações mínimas necessárias, determinadas pela regulação ambulatorial, visando a compreensão do quadro clínico e da necessidade.
- 5.1.38.** O transporte do usuário será de responsabilidade do paciente.
- 5.1.39.** Os serviços deverão iniciar após a solicitação da Contratante.
- 5.1.2.** Os locais para a prestação dos serviços deverão possuir capacidade de instalações de acordo com sua capacidade física; materiais e equipamentos necessários para a adequada prestação dos serviços; carga horária dos profissionais e equipe mínima obrigatória e complementar devidamente cadastrados no CNES no momento do credenciamento.
- 5.2.** No caso de seleção a critérios de terceiros, a escolha do credenciado ou a escolha do estabelecimento ou profissional será feita exclusivamente pelo beneficiário, tomador do serviço, que receberá lista dos credenciados, com os seus respectivos horários de atendimento, quando autorizado o serviço pela Secretaria requisitante.
- 5.3.** Para a realização do serviço, o credenciado deverá receber do beneficiário, a autorização emitida pela Secretaria requisitante, devidamente assinada, na qual constará o serviço a ser realizado.
- 5.4. É vedado:**
- a)** o trabalho do credenciado nas dependências ou setores próprios do Município;
 - b)** o credenciamento de profissionais que sejam servidores, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, do Município credenciante, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

c) a cobrança direta ao beneficiário de quaisquer valores decorrentes do credenciamento.

5.5. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

5.6. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

5.7. Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização prévia e expressa da Administração.

6. DOS RECURSOS

6.1. O resultado do deferimento ou indeferimento do credenciamento será publicado pelo Município durante e/ou após a vigência deste Edital, à medida que a análise de que trata essa cláusula for concluída, no endereço eletrônico <https://bentogoncalves.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-processo-digital>.

6.2. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação enviada, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da divulgação, observadas as seguintes determinações:

6.2.1. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação enviada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.

6.2.2. A Autoridade Máxima poderá decidir pela reconsideração ou manutenção da decisão, devendo, neste caso, expedir decisão definitiva no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

6.2.3. Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderão interpor recurso.

6.2.4. Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios.

6.2.5. Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados por meio do endereço eletrônico <https://bentogoncalves.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-processo-digital>

7. DA FORMALIZAÇÃO

7.1. O credenciamento será formalizado mediante termo próprio, conforme Anexo, contendo as cláusulas e condições previstas neste edital, bem como aquelas previstas no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, que lhe forem pertinentes.

7.2. O termo de credenciamento, após sua formalização, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e demais normas regulamentadoras dos respectivos serviços prestados. Entretanto, se no curso da execução houver indício de violação contratual pelo credenciado, fica facultado ao credenciante suspender temporariamente a prestação de serviços prevista no termo de credenciamento, até o término do processo administrativo instaurado para apuração dos fatos supostamente irregulares/indevidos.

7.3. O termo de credenciamento resultante da adjudicação do objeto do presente Chamamento Público terá sua vigência de 12 (doze) meses, a contar do primeiro dia útil subsequente a data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogado na forma prevista no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, se houver interesse do credenciante.

7.4. O valor relativo ao objeto do termo de credenciamento poderá ser reajustado a contar da data-base vinculada à data do orçamento estimado, através do índice IGP-M ou outro que vier a substituí-lo, observado o interregno mínimo de um ano.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

8.1. O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, tendo em conta o número de procedimentos efetivamente realizados por encaminhamento do Município, multiplicado pelo valor constante na tabela do item 1.1.

8.2. Todos os serviços serão pagos de acordo com os valores constantes na tabela do item 1.1 e atendendo integralmente às disposições do Termo de Referência, disponível em arquivo anexo a este edital.

8.3. A CREDENCIADA deverá apresentar, até o dia 05 de cada mês, as faturas/Notas Fiscais dos serviços realizados no mês anterior, ao setor de Regulação.

8.4. A CREDENCIANTE efetuará o pagamento à contratada até 15 (quinze) dias após a apresentação das faturas correspondentes, visadas pelos responsáveis mencionados no subitem 6.6 do Termo de Referência, além do Secretário Municipal de Saúde ou de seu Adjunto.

8.5. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da autorização da prestação do serviço, emitido pelo Secretário da pasta requisitante, devidamente assinada pelo beneficiário, e ateste de que os serviços foram realizados de acordo com os valores constantes da tabela de preços, conforme item 1, acompanhada do documento fiscal idôneo emitido pelo credenciado.

8.6. Os critérios, documentação, condições e prazos necessários para apresentação de faturas, contas referentes aos serviços prestados e glosas, bem como os prazos para liquidação das contas, estão estabelecidas no termo de credenciamento de prestação de serviços.

9. DA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. Para atender as despesas decorrentes do credenciamento dos serviços deste edital, serão utilizados recursos próprios em conformidade com as dotações orçamentárias abaixo:

Órgão	11 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade:	03 Atenção de Média/Alta Complexidade
Ação:	2234 Compra de Serviços de Saúde
Elemento:	339039 – Vínculo 0500 339039 – Vínculo 0600

10. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

10.1. O Município realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio do servidor Vitor Hugo Toffoli, representante da Secretaria Municipal de Saúde,



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

devendo as intercorrências serem registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

10.2. A fiscalização ou o acompanhamento previsto neste item não excluem e não reduzem a responsabilidade dos credenciados por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com base no procedimento previsto no Decreto Municipal nº 11.896/2023:

- a)** dar causa à inexecução parcial do credenciamento;
- b)** dar causa à inexecução parcial do credenciamento que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do credenciamento;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução;
- i)** fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução deste;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- l)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 11.1 deste edital as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto do credenciamento;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 11.1.1. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

11.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 11.1.1 do presente Edital.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. A aplicação das sanções previstas no item 11.1.1 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.6. Na aplicação da sanção prevista no item 11.1.1., alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

11.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 11.1.1. do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.8. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.9. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a)** reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b)** pagamento da multa;
- c)** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d)** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e)** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.12. A sanção pela infração prevista na alínea “h” do item 11.1.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.13. O termo de credenciamento poderá ser rescindido por ato formal e unilateral pela Administração, nos casos enumerados no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado o art. 138 da mesma norma, assegurado o contraditório e ampla defesa do contratado.

11.14. No caso da rescisão prevista no item anterior, a Administração deverá comunicar o credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a formalização do desc credenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam a este, quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

11.15. Também são causas de rescisão do termo de credenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no respectivo termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à Administração ou ao beneficiário, sem prejuízo das causas previstas na Lei 14.133/2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O extrato do presente Edital será disponibilizado no endereço eletrônico <https://bentogoncalves.atende.net>, sendo de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados divulgados.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

12.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou envio de documentação relativa ao presente Edital, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento.

12.3. A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do certame.

12.4. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria requisitante.

12.5. As licitantes poderão sanar eventuais dúvidas na interpretação dos termos deste Edital por meio do WhatsApp (54) 3055.7439 ou solicitadas, por escrito, no máximo em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Licitação, na Secretaria Municipal de Finanças, no Setor de Licitações, sito à Avenida Osvaldo Aranha, 1105, Cidade Alta, Bento Gonçalves – RS.

12.5.1. As impugnações, esclarecimentos, recursos, contrarrazões, entre outros, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Finanças, protocoladas diretamente no Setor de Licitações, sito à Avenida Osvaldo Aranha, 1105, Cidade Alta, Bento Gonçalves – RS e/ou por e-mail (licitacao@bentogoncalves.rs.gov.br), no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, sob pena de não admissibilidade.

12.6. O trâmite do procedimento licitatório estará disponível no endereço eletrônico <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br> – Link ‘Licitações’, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta dos documentos e informações.

12.7. A partir da publicação deste Edital, tornam-se sem efeito as habilitações dos prestadores credenciados nos editais anteriores, podendo os prestadores caso queiram se credenciar, cumprir as cláusulas do presente Edital.

12.8. Fica eleito o Foro da comarca de Bento Gonçalves, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento.

Bento Gonçalves, 05 de fevereiro de 2024.

BERNARDO ZANETTI
Secretário Municipal de Finanças
Adjunto

DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA
Prefeito do Município de Bento Gonçalves/RS



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Bento Gonçalves
Secretaria Municipal de Finanças

ANEXO I

CARTA DE CREDENCIAMENTO

A empresa___inscrita no CNPJ sob número___, sito á Rua___, nº, Bairro___, CEP___, Município de___, Estado___, Telefone nº___, em atendimento ao

Credencias o(a) Sr.(a)_____

_____, portador(a) da cédula de identidade sob nº

_____e CPF sob nº _____, A

participar do procedimento licitatório, sob a modalidade de CHAMAMENTO PUBLICO Nº 02/2024, instaurado pelo Município de Bento Gonçalves, na qualidade de representante legal da empresa, com poderes para representar a empresa, elaborar a proposta, oferecer lances, assinar atas, interpor de recurso e praticar todos os demais atos que se fizerem necessários.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente

Local e data_____/_____/_____

NOME: RG/CPF CARGO

(assinatura digital)

[Título]

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A empresa inscrita no CNPJ sob número, sito á Rua, nº, Bairro, CEP, Município de, Estado, Telefone nº, representada neste ato por, na qualidade de da empresa, inscrito no CPF sob o número e no Registro Geral sob nº, sob as penas da Lei e conforme subitem 3.1.13,

DECLARA

- a) que a capacidade instalada de atendimento mensal que será disponibilizada ao CREDENCIANTE, em conformidade com os valores fixados por este chamamento público, é de ____pacientes;
- b) que está de acordo às condições técnicas, equipamentos, materiais e instalações físicas disponíveis para a realização dos serviços, objeto deste Chamamento Público;
- c) que o (s) profissional (is) que realizará (ão) os serviços possui (em) vínculo através de ____, de acordo com cópia comprobatória em anexo;
- d) que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
- e) que os profissionais que prestarão serviços à Credenciante são os informados no quadro abaixo, conforme cópias de registro profissional, parte integrante desta Declaração:

NOME	ESPECIALIDADE	REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente Declaração.

NOME: RG/CPF CARGO

(assinatura digital)